



Questão 39: Certa. A **motivação** é a demonstração dos motivos que levaram a Administração a editar aquele ato e, sendo uma formalidade necessária, integra o conceito de **forma** do ato.

Questão 40: Certa. Uma vez que a motivação integra a forma do ato, é requisito de validade do ato administrativo.

Questão 41: Certa. A **motivação** retrata o direito do particular de conhecer os motivos alegados pela Administração e, assim, em caso de discordância em relação a estes, exercer o seu direito de ampla defesa junto à Administração ou ao Judiciário contestando a veracidade dos mesmos.

Questão 42: Certa. Mesmo nos atos que dispensem a motivação, se a Administração motivar esse ato estará vinculada aos motivos apresentados.

Questão 43: Certa. A motivação deve ocorrer até o momento de edição do ato, não se admitindo a motivação apenas *a posteriori*.

Questão 44: Certa. Demonstra a **teoria dos motivos vinculantes**, já tratada anteriormente.

8.4. Classificação

Questão 45. [Cespe/STM – Analista Judiciário – Área Administrativa/2011] Denomina-se ato composto aquele que ocorre quando existe a manifestação de dois ou mais órgãos e as vontades desses órgãos se unem para formar um só ato.

Questão 46. [Cespe/TRE-BA – Analista Judiciário Área: Administrativa/2010] Ato administrativo complexo é aquele que resulta do somatório de manifestações de vontade de mais de um órgão, por exemplo, a aposentadoria.

Questão 47. [Cespe/AGU – Procurador/2010] O ato administrativo pode ser inválido e, ainda assim, eficaz, quando, apesar de não se achar conformado às exigências normativas, produzir os efeitos que lhe seriam inerentes, mas não é possível que o ato administrativo seja, ao mesmo tempo, perfeito, inválido e eficaz.

Questão 48. [Cespe/Técnico/TCU/2009] Conforme jurisprudência recente do STF e do Superior Tribunal de Justiça, a aposentadoria é um ato complexo que se aperfeiçoa com o registro no TCU.

Questão 49. [Cespe/TCE-AC/2009] Se o governador de um estado nomear um conselheiro do TCE sem a aprovação da assembleia legislativa, tal fato caracterizará um ato administrativo:

- a) válido, desde que convalidado pelo TCE e pela assembleia legislativa.
- b) válido, mas imperfeito.
- c) lícito, ineficaz, mas perfeito.
- d) existente, mas inválido.
- e) inexistente e ilegal.

- Questão 50.** [Cespe/TCE-AC/2009] A obra de construção de um grande centro comercial, em adiantado estágio, foi embargada pelo departamento de obras e posturas do município por invadir área pública. Nesse caso, a administração praticou ato de:
- a) império.
 - b) postura.
 - c) controle.
 - d) gestão.
 - e) polícia.
- Questão 51.** [Cespe/TCE-AC/Administrador/2008] Quanto à classificação dos atos administrativos, assinale a opção correta.
- a) Ato de expediente, também denominado de ato de autoridade, é ato de rotina interna.
 - b) A administração depende de autorização judicial para a prática dos atos de império.
 - c) O ato de nomeação de procurador-geral de justiça de Ministério Público estadual por um governador de estado constitui, segundo a doutrina do direito administrativo brasileiro, um ato administrativo simples.
 - d) Atos de gestão são aqueles que a administração pública pratica sem coerção sobre os administrados.
 - e) Atos administrativos complexos dependem de várias vontades provenientes de um mesmo órgão administrativo.
- Questão 52.** [Cespe/Analista/ANAC/2009] Um decreto assinado pelo chefe do Poder Executivo e referendado por um ministro de Estado e uma dispensa de licitação dependente de homologação por uma autoridade superior para produzir efeitos são exemplos, respectivamente, de ato complexo e ato composto.
- Questão 53.** [Cespe/Ministério das Comunicações/Administração/2008] O edital de concurso para provimento de cargos públicos é um ato administrativo individual, pois seus efeitos afetam pessoas previamente identificadas.
- Questão 54.** [Cespe/Ministério das Comunicações/Administração/2008] O ato de nomeação de candidato aprovado em concurso público é ato administrativo interno.
- Questão 55.** [Cespe/Ministério das Comunicações/Administração/2008] Os decretos presidenciais são atos administrativos simples, pois são gerados a partir da manifestação de vontade de um único órgão da administração.
- Questão 56.** [Cespe/Ministério das Comunicações/Administração/2008] A classificação dos atos administrativos em atos de império e de gestão desempenhou importante papel na evolução da teoria da responsabilidade civil do Estado.



- Questão 57.** [Cespe/MPE-RO/Promotor/2008] O ato de aposentadoria é considerado, conforme entendimento do STF, como ato composto, visto que o TCU apenas atua homologando o que já foi feito, não participando da formação do ato.
- Questão 58.** [Cespe/MPE-RR/Assistente/2008] Ato administrativo composto é o que resulta da manifestação de dois ou mais órgãos, em que a vontade de um é instrumental em relação à de outro, que edita o ato principal.
- Questão 59.** [Cespe/PGE-PB/2008] A respeito dos atos administrativos, julgue os itens subsequentes.
- I – Ato perfeito é aquele que teve seu ciclo de formação encerrado, por ter esgotado todas as fases necessárias à sua produção.
 - II – Ato consumado é o que já produziu todos os seus efeitos.
 - III – Ato pendente é aquele que, embora perfeito, está sujeito a condição ou termo para que comece a produzir efeitos.
 - IV – Ato imperfeito é o que apresenta aparência de manifestação de vontade da administração pública, mas que não chegou a aperfeiçoar-se como ato administrativo.
- Estão certos apenas os itens
- a) I e II.
 - b) I e IV.
 - c) II e III.
 - d) II e IV.
 - e) I, II e III.
- Questão 60.** [Cespe/SEPLAG-DFTRANS/Administrador/2008] No que se refere aos destinatários, o ato administrativo classifica-se em individual, quando é dirigido a destinatário certo e determinado, ou geral, quando atinge toda a coletividade.
- Questão 61.** [Cespe/SEPLAG-DFTRANS/Direito/2008] Um ato administrativo inválido não pode ser eficaz.
- Questão 62.** [Cespe/TJ-CE/Técnico Judiciário/2008] O ato administrativo simples resulta da vontade de um órgão, mas depende da verificação por parte de outro órgão para se tornar exequível.
- Questão 63.** [Cespe/UNIPAMPA/Auxiliar de Administração/2009] Atos de império da administração pública são indelegáveis.
- Questão 64.** [Cespe/UNIPAMPA/Auxiliar de Administração/2009] A nomeação de um cidadão para ocupar determinado cargo público que dependa da prévia aprovação do Senado Federal caracteriza o que se denomina de ato administrativo complexo.

Gabarito:

45-E	46-C	47-E	48-C	49-D	50-A	51-D	52-C	53-E
54-E	55-E	56-C	57-E	58-C	59-E	60-C	61-E	62-E
63-E	64-E							

COMENTÁRIO 8.4.1

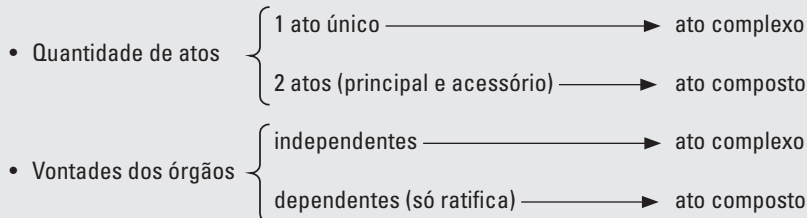
Dentre as várias classificações apresentadas pela doutrina podemos apontar as seguintes:

1. Quanto à formação da vontade:

- 1.1. **ato simples** – editado por um único órgão.
- 1.2. **ato complexo** – editado com a participação de mais de um órgão editando **um único ato**; os órgãos são **independentes** entre si.
- 1.3. **ato composto** – editado com a participação de mais de um órgão onde cada órgão edita um ato, sendo **um ato principal e outro(s) ato(s) acessório(s)**; os órgãos **não são independentes** entre si, sendo que um órgão **ratifica** o ato editado pelo outro órgão.

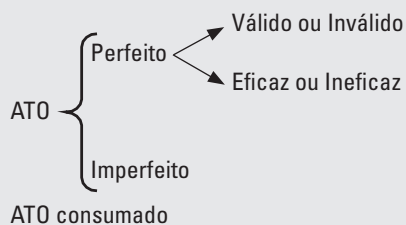
OBS: essa classificação não é unânime na doutrina, exigindo um estudo mais aprofundado no livro *Manual de Direito Administrativo* do Prof. Gustavo Mello Knoplock. Ocorre que (numa visão abreviada) pela doutrina da professora Maria Sylvia Di Pietro, o fator fundamental está na quantidade de atos editados (1 só ato – complexo; 2 ou mais atos – composto), enquanto que na visão de Hely Lopes Meirelles o fator preponderante está na relação existente entre os órgãos (independentes – complexo; relação de dependência com necessidade de ratificação do órgão superior – composto).

Resumo esquemático



2. Quanto à exequibilidade:

- 2.1. **ato perfeito** – aquele que cumpriu todo seu ciclo de formação (caso contrário será imperfeito).
- 2.2. **ato válido** – que está de acordo com todos os requisitos de validade (caso contrário será inválido).
- 2.3. **ato eficaz** – que pode gerar efeitos imediatamente (caso contrário será ineficaz, pendente do advento de termo ou condição).
- 2.4. **ato consumado** – aquele que já se extinguiu após ter gerado todos os efeitos que dele se esperava, não podendo mais ser desfeito.



3. Quanto à posição da Administração:

- 3.1. **ato de império** – Administração se coloca em posição de superioridade impondo alguma coisa ao particular (exemplo: desapropriação).
- 3.2. **ato de gestão** – Administração quase se nivela ao particular, atendendo a uma solicitação feita por ele (exemplo: autorização, licença).
- 3.3. **ato de expediente** – mera formalidade burocrática de tramitação processual.

4. Quanto ao alcance:

- 4.1. **ato interno** – alcança apenas agentes da própria Administração.
- 4.2. **ato externo** – alcança particulares externamente à Administração.

5. Quanto à liberdade do agente:

- 5.1. **ato vinculado** – não há qualquer liberdade na atuação do agente.
- 5.2. **ato discricionário** – quando há certo grau de liberdade, previsto em lei, para a atuação do agente diante de cada caso concreto.

6. Quanto ao destinatário:

- 6.1. **ato geral** – dirigido a pessoas de forma geral e abstrata (ex: regulamento).
- 6.2. **ato individual** – dirigido a pessoas de forma individualizada (ex: demissão de determinado servidor).

7. Quanto ao vício:

- 7.1. **ato nulo** – possui vício insanável de legalidade.
- 7.2. **ato anulável** – possui vício sanável, que pode, dependendo de determinados requisitos, ser convalidado pela Administração.
- 7.3. **ato inexistente** – editado por um usurpador de função, alguém que, sem nenhuma conivência ou participação da Administração, se fez passar por agente público.

Questão 45: Errada. O ato é **complexo** uma vez que é editado “**um só ato**”.

Questão 46: Certa. O ato de aposentadoria, conforme entendimento do STF, ao adotar a doutrina de Hely Lopes Meirelles, é **complexo**, por depender da Administração Pública que defere a aposentadoria e do TCU que a registra, ratifica, contando assim com a participação de **órgãos independentes** entre si.

Questão 47: Errada. Conforme classificação 2, o ato precisa ser perfeito para então ser classificado como válido/inválido e eficaz/ineficaz, sendo que essas duas últimas classificações são independentes entre si, podendo haver ato perfeito, inválido e eficaz, como por exemplo o decreto publicado no diário oficial, que entra em vigor imediatamente embora tenha sido assinado por agente incompetente.

Questão 48: Certa, conforme questão 46.

Questão 49: Conforme a classificação 7, o ato é **inválido**, ilegal, pois não houve a aprovação exigida, mas não inexistente, pois foi editado pelo governador estadual, e não por um usurpador de função.

Questão 50: De acordo com a classificação 3, o ato de embargo de uma obra, de forma coercitiva, é ato de **império**, pois é imposto ao particular, e não ato de gestão, que é aquele editado a pedido do particular.

Questão 51: Ainda conforme a classificação 3, os atos de **expediente** da letra A, de rotina interna, não são atos de autoridade, ou de **império**, e os atos de **gestão** da letra D não são imperativos, coercitivos.

Questão 52: Certa. Essa questão, conforme classificação 1, está claramente fundada na **vontade dos órgãos**, na relação existente entre esses órgãos, e não na quantidade de atos que estão sendo editados. O decreto é assinado pelo Presidente da República e depois encaminhado ao Ministro, que, não sendo superior ao Presidente, **não “ratifica”** o ato por este editado (sendo então ato **complexo**) diferente do que ocorre quanto à **ratificação, homologação pelo órgão superior** do ato de dispensa editado pelo órgão inferior (ato **composto**).

Questão 53: Errada. Conforme classificação 6, o edital do concurso é um ato **geral**, por se dirigir a todos os candidatos de forma **indiscriminada**, diferentemente da nomeação, que é um ato individual;

Questão 54: Errada. De acordo com a classificação 4, a nomeação é ato **externo**, uma vez que alcança pessoas no âmbito externo da Administração, tanto os nomeados, que ainda não integram a Administração, quanto outras pessoas interessadas em conhecer quem foi nomeado.

Questão 55: Errada. Como já visto, o decreto é ato complexo, e não simples, uma vez que não depende de um único órgão.



Questão 56: Certa, pois em época distante, ao longo da evolução do tema **responsabilidade civil do Estado**, o mesmo não podia ser responsabilizado por danos causados por seus atos de império, aceitando-se a responsabilização apenas quanto aos atos de gestão.

Questão 57: Errada. É ato **complexo**, conforme comentário feito na questão 46.

Questão 58: Certa. No que tange à classificação 1, a questão adotou a doutrina da professora Maria Sylvia Di Pietro, baseada na quantidade de atos editados, pela utilização da expressão “**ato principal**”, presumindo a existência de **mais de um ato**.

Questão 59: Quanto à classificação 2, os itens I, II e III apresentaram as definições de ato perfeito, consumado e pendente; o item IV não define o ato imperfeito, que é aquele ainda em formação.

Questão 60: Certa. A questão retrata a classificação 6; na verdade, o ato **geral** não precisa necessariamente atingir TODA a coletividade, podendo dirigir-se a determinados grupos de forma **generalizada**, como a gratuidade no transporte coletivo aos maiores de 65 anos.

Questão 61: Errada. A classificação “válido/inválido” independe da classificação “eficaz/ineficaz”, tratando de critérios distintos, podendo sim haver ato inválido mas eficaz, como um ato que entra em vigor na data da sua publicação mas contém vício em qualquer dos seus elementos.

Questão 62: Errada. A questão define o ato **composto**, uma vez que é editado por um órgão e depende ainda de outro órgão para sua ratificação.

Questão 63: Errada. Em regra é admitida delegação de competência para a edição de atos administrativos, salvo quando a lei declará-los como de competência **exclusiva** ou para a edição de atos **normativos** e a decisão de **recursos**, assim, não há vedação para edição de atos de **império**.

Questão 64: Errada. Essa questão é a mais difícil, para não dizer impossível de ser respondida, devendo, em minha opinião, ter sido anulada. O ato de nomeação de autoridade pelo **Presidente da República** que dependa do ato de aprovação pelo **Senado** é, na visão de Maria Sylvia Di Pietro, ato composto (uma vez que conta com **dois** atos, sendo a nomeação o ato principal e a aprovação o acessório); na visão de Hely Lopes Meirelles, contudo, esse ato é complexo, pois conta com a participação de órgãos **independentes** entre si. O gabarito utilizou a primeira corrente, ao defender que o ato é composto.